

A agricultura de base ecológica no Brasil vem passando por mudanças no que se refere à normatização técnica, sobretudo, a partir da entrada em vigor da Lei 10.831 em 2010. Esta legislação estabeleceu a obrigatoriedade de certificação para que os chamados “produtos orgânicos” possam ser comercializados como tal. A lei também introduziu novas modalidades de “acreditação da conformidade”, antes apenas possível por meio de auditorias externas – em que uma certificadora credenciada realiza inspeções técnicas e emite a certificação. As novas normas passaram a reconhecer também a certificação participativa – pela qual a avaliação da qualidade orgânica pode ser feita pelos próprios produtores, considerando ainda a participação dos comerciantes e consumidores. Este reconhecimento é uma reivindicação antiga dos movimentos em prol da produção de base ecológica, por outro lado, estabelece uma nova institucionalidade que parece estar imprimindo mudanças nas dinâmicas internas das organizações de agricultores. Tais transformações são recentes e as interrogações sobre o impacto delas sobre a transição da agricultura para a sustentabilidade são muitas. Deste modo, o presente trabalho busca contribuir na compreensão destas mudanças, e, especificamente, objetivou acompanhar e analisar o processo de organização de um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC) nos municípios de Porto Alegre e Viamão. Os procedimentos metodológicos incluíram pesquisa bibliográfica acerca do tema da certificação participativa e a observação participante, acompanhada de registro em caderno de campo. A experiência empírica visou entender o contexto da organização de um OPAC pela Associação dos Produtores da Rede Agroecológica Metropolitana (RAMA), através do acompanhamento de reuniões, plenárias e atividades de rotina do grupo, bem como momentos de comercialização nas feiras ecológicas e visitação de unidades de produção durante processo de avaliação para certificação. Identificam-se diferentes atores sociais envolvidos, ressaltando-se o papel de articulação desempenhado pela EMATER-RS e a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural, e a participação de diferentes grupos de agricultores (de diferentes ramos e experiências), processadores, comerciantes e consumidores, o que possibilita o contato entre distintas formas de pensar e executar os processos ligados à produção agrícola de base ecológica, bem como a reivindicação de diferentes interesses. A formalização requerida pelas normas de certificação leva o grupo a firmar novos acordos de regimes organizacionais traduzidos em atas, estatuto e regimento interno, induzindo, assim, uma “arena de negociações” entre agentes com diferentes interesses e pontos de vista. Vislumbra-se uma mudança no regime de governança sobre o processo produtivo, em que os contextos específicos são levados em conta e agricultores ampliam sua margem de manobra. Porém, o direcionamento de transição ainda parece difuso. Por outro lado, as limitações e potencialidades emergentes desse processo fazem com que haja uma interação entre visões distintas, propiciando a articulação entre os atores, que vem configurando uma rede, cuja mobilização favorece a troca de conhecimentos e o compartilhamento de práticas entre técnicos, consumidores e agricultores. A pesquisa está em andamento e inicia-se uma fase de entrevistas individuais com diferentes atores da OPAC, que deverão auxiliar o entendimento de como as trajetórias individuais influenciam e/ou são influenciadas pelas dinâmicas envolvidas no processo.